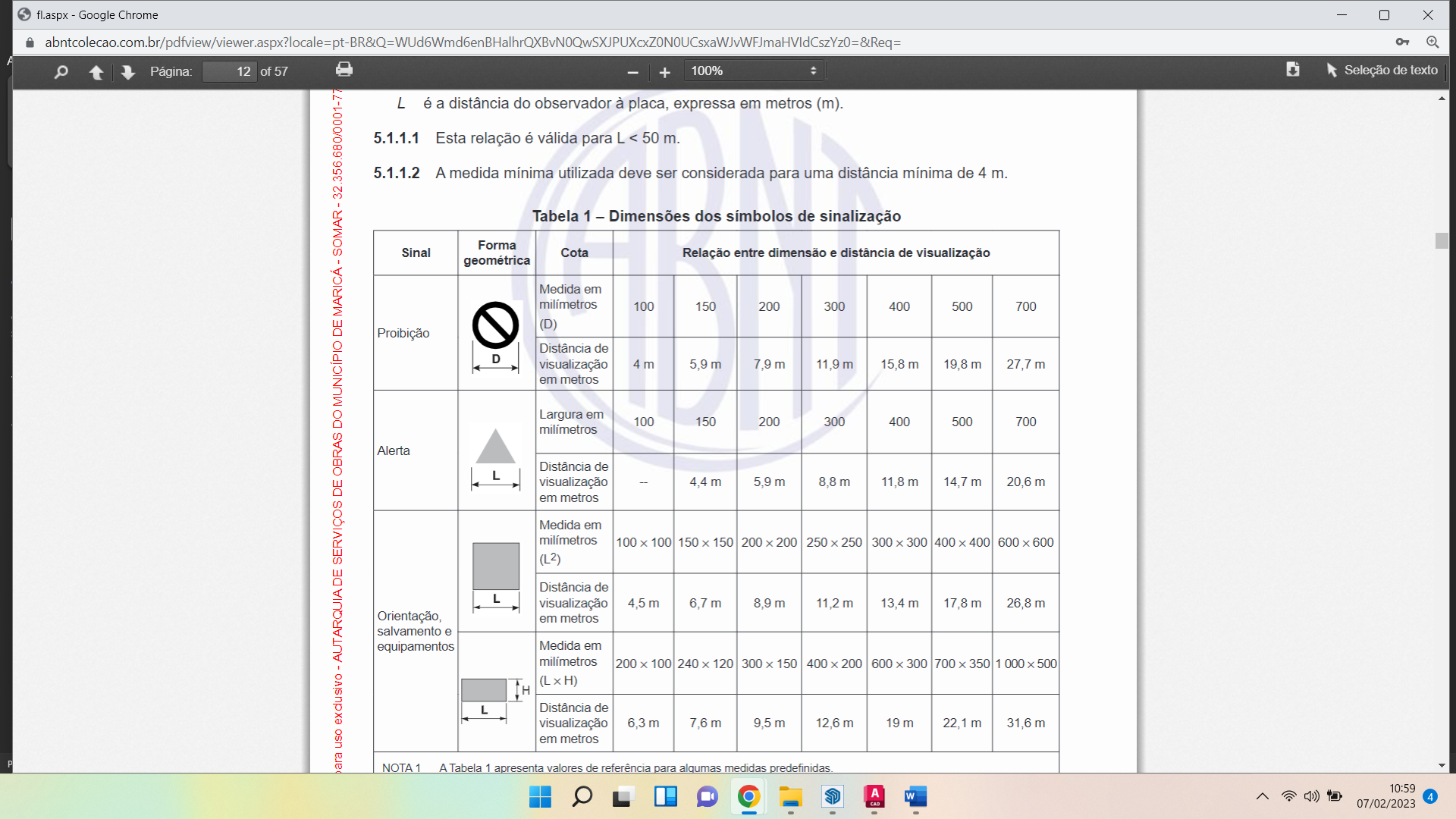
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Considerando as disposições do Decreto Municipal n.º 936/2022 e do artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas posteriores alterações, a Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR, realizará processo administrativo de Dispensa de Licitação, para **AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA PARA OS IMÓVEIS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS** da Fundação Estatal de Saúde Maricá – FEMAR.

1. **DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6.º, XXIII,’A’ DA LEI N.º 14.133/2021)**
   1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de sinalização de segurança para os imóveis das unidades administrativas da Fundação Estatal de Saúde de Maricá - FEMAR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **SÍMBOLO** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QUANT.** |
| 1 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE DE INDICAÇÃO DO SENTIDO DE UMA SAÍDA DE EMERGÊNCIA **DIREITA**; MEDINDO 300X150MM |  | Unidade | 22 |
| 2 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICAÇÃO DO SENTIDO DE UMA SAÍDA DE EMERGÊNCIA **ESQUERDA**; MEDINDO 300X150MM |  | Unidade | 8 |
| 3 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICAÇÃO DE **SAÍDA DE EMERGÊNCIA** \*SETA ACIMA A FRENTE (A SER FIXADA ACIMA DA PORTA); MEDINDO 300X150MM |  | Unidade | 23 |
| 4 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICAÇÃO DE SENTIDO DE ROTA DE FUGA NO INTERIOR DAS ESCADAS INDICANDO: **ESQUERDA E DESCENDO**; MEDINDO 240X120MM |  | Unidade | 9 |
| 5 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICAÇÃO DE SENTIDO DE ROTA DE FUGA NO INTERIOR DAS ESCADAS INDICANDO: **DIREITA E DESCENDO**; MEDINDO 240X120MM |  | Unidade | 4 |
| 6 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICAÇÃO DE **SAÍDA** COM PICTOGRAMA; MEDINDO 300X150MM |  | Unidade | 14 |
| 7 | PLACA DE SINALIZAÇÃO PVC FOTOLUMINESCENTE DE **PAVIMENTO TÉRREO;** MEDINDO 100x100MM | Uma imagem contendo objeto, kit, desenho, mesa  Descrição gerada automaticamente | Unidade | 7 |
| 8 | PLACA DE SINALIZAÇÃO PVC FOTOLUMINESCENTE DE PAVIMENTO  **2º PAV;** MEDINDO 100x100MM | **Ícone  Descrição gerada automaticamente** | Unidade | 7 |
| 9 | PLACA DE SINALIZAÇÃO PVC FOTOLUMINESCENTE DE PAVIMENTO  **3º PAV;** MEDINDO 100x100MM |  | Unidade | 1 |
| 10 | PLACA DE SINALIZAÇÃO PVC FOTOLUMINESCENTE DE PAVIMENTO  **4º PAV;** MEDINDO 100x100MM |  | Unidade | 1 |
| 11 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICATIVAS DE INSTRUÇÃO PARA PORTA **CORTA FOGO** MEDINDO 300x150MM |  | Unidade | 16 |
| 12 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICATIVA DE **ABRIGO DE MANGUEIRA OU HIDRANTE;** MEDINDO 300x300MM | Ícone  Descrição gerada automaticamente | Unidade | 9 |
| 13 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICATIVA DE **EXTINTOR DE INCÊNDIO** MEDINDO 300x300MM |  | Unidade | 64 |
| 14 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICATIVA DE AGENTE EXINTOR – **PÓ ABC**;MEDINDO APROXIMADAMENTE 300x150MM |  | Unidade | 45 |
| 15 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICATIVA DE AGENTE EXINTOR – **GÁS CARBÔNICO (CO2)**;MEDINDO APROXIMADAMENTE 300x150MM |  | Unidade | 19 |
| 16 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICATIVA DE **PERIGO RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO;** MEDINDO 150MM (base) |  | Unidade | 9 |
| 17 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICATIVA DE **PERIGO RISCO DE INCENDIO;** MEDINDO 150MM (base) |  | Unidade | 2 |
| 18 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICATIVA DE **PERIGO RISCO DE EXPOSIÇÃO PRODUTOS TÓXICOS** MEDINDO 150MM (base) |  | Unidade | 3 |
| 19 | PLACA DE PROIBIÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE DE **PROIBIDO FUMAR**; MEDINDO 150MM DE DIAMETRO |  | Unidade | 10 |
| 20 | PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC FOTOLUMINESCENTE INDICATIVA DE “PROIBIDO UTILIZAR O ELEVADOR EM CASO DE INCÊNDIO” MEDINDO 150x200mm |  | Unidade | 4 |
| 21 | ROLO DE FITA ADESIVA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO. **COR VERMELHA**. TAMANHO: 50MM X 30M. |  | Unidade | 40 |
| 22 | ROLO DE FITA ADESIVA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO. **COR AMARELA**. TAMANHO: 50MM X 30M. |  | Unidade | 40 |
| 23 | ROLO DE **FITA ZEBRADA PARA ISOLAMENTO** 200X7CM. |  | Unidade | 20 |
| 24 | ROLO DE **FITA ANTIDERRAPANTE** PARA ESCADAS 50MMX20M. |  | Unidade | 20 |
| 25 | LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 Leds 4 W 110/ 220 V 3-6 Horas |  | Unidade | 212 |
| **TOTAL** | | | | **609** |



***Tabela 1 – Dimensões dos símbolos de sinalização. Ref – ABNT 16820-2022***

* 1. As informações constantes na tabela acima contêm a descrição dos itens que compõem o objeto do presente processo, apresenta as especificações completas dos itens a serem contratados, bem como a indicação da unidade e quantidade estimada.
  2. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 881, de 09 de agosto de 2022.
  3. Trata-se de bem comum a ser contratado mediante dispensa de licitação, conforme definido no art. 6º, XIII da Lei n.º 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, tendo como base as especificações usuais de mercado;
  4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n°. 14.133 de 2021.
  5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII, alínea “b” da Lei n.º 14.133/2021).**
   1. Nos termos do art. 49, inciso III do Regimento Interno da Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR (Resolução n° 01/2022) é atribuição específica da Superintendência de Infraestrutura responder pela gestão dos projetos relativos às áreas de Engenharia e Arquitetura da FEMAR.
   2. Desta forma, considerando que o prédio sede da FEMAR é composto por 4 (quatro) pavimentos com funcionamento de setores administrativo e atendimento ao público, além de 05 (cinco) galpões cujos usos são: arquivo, frota, almoxarifado geral, almoxarifado farmacêutico e patrimônio.
   3. A partir da referida constatação, identificou-se a necessidade da implantação de aquisição de **sinalização de segurança para os imóveis das unidades administrativas da Fundação Estatal de Saúde de Maricá - FEMAR** para proporcionar melhor orientação aos funcionários e usuários das instalações, para que, em situação de perigo ou sinistros (curto-circuito, início de fumaça ou fogo etc.) nos ambientes de trabalho da Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR possam se comportar e agir de forma eficaz.
   4. O art. 200, inc. IV da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT aponta a necessidade que no ambiente de trabalho sejam adotadas medidas de caráter preventivo, garantindo fácil circulação (rotas de fuga, por exemplo), procedimentos de segurança a serem adotados, bem assim informações sobre a localização dos equipamentos de segurança, vejamos:

*Art. 200. Cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer disposições complementares às normas de que trata este Capítulo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, especialmente sobre:*

*(...)*

*IV - Proteção contra incêndio em geral e as medidas preventivas adequadas, com exigências ao especial revestimento de portas e paredes, construção de paredes contrafogo, diques e outros anteparos, assim como garantia geral de fácil circulação, corredores de acesso e saídas amplas e protegidas, com suficiente sinalização;*

* 1. Além disso, a Norma Regulamentadora n.º 26 da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), com redação dada pela MPT nº 2.770, de 05 de setembro de 2022, que estabelece medidas quanto à sinalização e identificação de segurança a serem adotadas nos locais de trabalho dispõe no item 26.3.1 que *“Devem ser adotadas cores para comunicação de segurança em estabelecimentos ou locais de trabalho, a fim de indicar e advertir acerca dos perigos e riscos existentes”.*
  2. As sinalizações podem ser classificadas como: (i) de emergência e segurança; (ii) de alerta e proibição. A primeira tem como finalidade mitigar a ocorrência de acidentes, alertando para os riscos existentes, garantindo que sejam adotadas ações adequadas à situação de risco, que orientem as ações de combate e facilitem a localização dos equipamentos e das rotas de saída para abandono seguro da edificação em caso de incêndio. Já a segunda tem a finalidade de promover a atenção aos riscos existentes, apontando a localização de possível ocorrência, como por exemplo o local de passagem de corrente elétrica, a fim de proibir o manuseio por pessoas não autorizadas, indicando o perigo do contato direto com instalações elétricas, visando o apontamento de eventuais áreas restritas, dentre outros cenários que ofereçam perigo.
  3. É de apontar, ainda, que durante a ocorrência de um incêndio pode haver a queda de energia, ou até mesmo pode ser necessária a suspensão do fornecimento de energia elétrica. Desta forma, a baixa iluminação do ambiente e rotas de fuga pode causar acidentes e fazer com que as pessoas se percam durante a fuga.
  4. Pelo exposto, considera-se que é essencial que o ambiente de trabalho ofereça informações e sinalizações objetivas e de fácil visualização, a fim de fornecer orientações quanto aos procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e saúde do trabalho.
  5. Nesse contexto, a aquisição de materiais de sinalização de segurança se justifica pela necessidade da Administração em garantir uma estrutura mínima de segurança em suas dependências, implementando um ambiente de trabalho seguro para prevenção da saúde e integridade física dos funcionários e usuários das instalações das unidades administrativas da Fundação Estatal de Saúde de Maricá - FEMAR.

1. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**
   1. O art. 6º, XXIII, “c” da Lei n.º 14.133/21 dispõe que para descrever a solução como um todo deve ser considerado todo o ciclo de vida do objeto. Define-se como ciclo de vida as etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final. Desse modo, não se deve analisar somente as características intrínsecas ao uso em si, mas também eventual sustentabilidade em sua produção, duração de seu consumo até a destinação final do objeto;
   2. Após avaliação do objeto e levantamento das soluções de mercado, restou demostrado que a aquisição de sinalização de segurança – placas, luminárias de emergência e materiais de sinalização sem instalação – que servem, sobretudo, para a prevenção de acidentes, identificação de equipamentos de segurança, delimitar áreas, bem como para alertar sobre os riscos existentes no ambiente de trabalho como um todo.
   3. Pretende-se, portanto, com a contratação objeto do presente Termo de Referência, suprir a necessidade de prevenção de risco à segurança e a saúde dos funcionários e usuários das instalações administrativas da FEMAR, para que tenham orientações mínimas de como agir em situações de risco, indicando o perigo do contato direto com instalações elétricas, visando o apontamento de eventuais áreas restritas dentre outros cenários que ofereçam perigo.

**Das Condições**

* 1. A Contratada deverá atender as exigências previstas na Lei n.º 14.133/2021, sob pena de desclassificação da sua proposta.

1. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)**
   1. A Contratada deverá observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas técnicas, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado, principalmente no que se refere aos aspectos e/ou exigências abaixo assinaladas:
      1. A NBR n.º 16820:2022 – especifica os requisitos para projetos, fabricação, instalação, classificação, aceitação, manutenção e métodos de ensaio para sistema de sinalização de emergência, prevenção e proteção contra incêndio e situações de emergência.
      2. A ABNT n.º 16820 de 2022, correspondente aos Sistemas de sinalização de emergência - projeto, requisitos e métodos de ensaio.
      3. A Norma Regulamentadora n.º 23 (Proteção contra incêndios) que define que as aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas, indicando a direção de saída.
      4. A Norma Regulamentadora n.º 26 (Sinalização de Segurança) define que deverão ser adotadas cores para segurança em estabelecimentos ou locais de trabalho, a fim de indicar e advertir acerca dos riscos existentes:
      5. A NR-26 determina dois aspectos da sinalização de segurança, o primeiro é a utilização da cor no ambiente de segurança do trabalho, onde é determinada no item 26.1:

*26.1.1 Devem ser adotadas cores para segurança em estabelecimentos ou locais de trabalho, a fim de indicar e advertir acerca dos riscos existentes.*

*26.1.2. As cores utilizadas nos locais de trabalho para identificar os equipamentos de segurança, delimitar áreas, identificar tubulações empregadas para a condução de líquidos e gases e advertir contra riscos, devem atender ao disposto nas normas técnicas oficiais.*

*26.1.3 A utilização de cores não dispensa o emprego de outras formas de prevenção de acidentes.*

*26.1.4 O uso de cores deve ser o mais reduzido possível, a fim de não ocasionar distração, confusão e fadiga ao trabalhador.*

* + 1. A NR 26 também trata de aspectos como a classificação, rotulagem preventiva e ficha com dados de segurança de produto químico no item 26.2.1:

*26.2.1. Produto químico utilizado nº local de trabalho deve ser classificado quanto aos perigos para a segurança e a saúde dos trabalhadores de acordo com os critérios estabelecidos pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS), da Organização das Nações Unida.*

* + 1. A norma regulamentadora NBR 10898:2023 que trata da importância da existência de iluminação de emergência no local de trabalho:
    2. *Esta Norma especifica os requisitos mínimos para os sistemas de iluminação de emergência a serem instalados nas edificações ou em áreas e passagens onde tais sistemas são requeridos, na falta de iluminação natural ou falha da iluminação normal instalada.*
    3. A NBR 9077:2001 (saídas de emergências e edifícios) fixa as condições exigíveis que as edificações devem possuir:

1. a fim de que sua população possa abandoná-las, em caso de incêndio, completamente protegida em sua integridade física;

b) para permitir o fácil acesso de auxílio externo (bombeiros) para o combate ao incêndio e a retirada da população.

* + 1. A Norma Técnica n.º 2-05:2020 do CBMERJ que trata da Sinalização de segurança contra incêndio e pânico.
    2. A NBR 16820:2022 que dispõe sobre os requisitos e métodos de ensaio do material fotoluminescente.

**Da Sustentabilidade**

* 1. A contratada deverá priorizar, para o fornecimento do objeto do contrato, a utilização de bens que sejam no todo ou em partes compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis, de acordo com as Instruções Normativas nº 05, de 26 de maio de 2017/SEGES e nº 01, de 04 de abril de 2019/SGD e ABNT NBR n.º 15448-1 e 15448-2.
  2. A contratada deve responsabilizar-se pela correta destinação final de todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias).
  3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União:
     1. os produtos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
     2. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pelos Órgãos de Controle.

**Subcontratação**

* 1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que se trata de aquisição que, por sua natureza, não admite a divisão em parcela principal e acessória da obrigação.

**Garantia da Contratação**

* 1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de baixo risco e complexidade, conforme descrito no item 1 – Das Condições Gerais de Contratação, deste Termo de Referência.

1. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Do Prazo e Local de Entrega do Objeto**

* 1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação formal da Contratada, em remessa única.
  2. Caso não seja possível a entrega na data aprazada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
  3. Os bens deverão ser entregues na Superintendência de Infraestrutura, situada à Rua Clímaco Pereira, S/N – Lote B1 e B2 – Araçatiba – Maricá/RJ – Cep.: 24.902-035, das 9h às 16h em dias úteis, quando serão apontados todos os vícios aparentes remanescentes de sua entrega. Somente após a verificação do enquadramento nas condições exigidas por esta Fundação, dar-se-á o recebimento definitivo.

**Condições de entrega e recebimento dos materiais**

* 1. Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como, demais informações exigidas na legislação em vigor.
  2. Quando for o caso, os volumes contendo os materiais deverão estar identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal e o endereço de entrega;
  3. O bem fornecido será recusado quando: (i) entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes na descrição do item; (ii) detectado que qualquer componente do objeto adquirido não seja novo; (iii) apresente vícios ou defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes.
  4. A Contratada deverá garantir a qualidade dos produtos ofertados, obrigando-se, quando apresentados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, realizar a correção/substituição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, na forma do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
  5. A Contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da contratação firmada com a FEMAR.

**Do Recebimento do Objeto**

* 1. O recebimento provisório ocorrerá, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, a contar do ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
  2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de recebimento detalhado.
  3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
  4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de recebimento definitivo.

1. **ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inc. III da Lei n.º 14.133/2021)**
   1. O prazo de garantia dos bens é de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.
   2. A garantia será prestada contra qualquer defeito de fabricação que o produto venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega, vício de qualidade etc., mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pela FEMAR, sem ônus ou custo adicional para o Contratante.
   3. Os bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, que apresentem padrões de qualidade aos dos bens anteriormente entregues.
   4. Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do fato à Contratada.
   5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação escrita e fundamentada da Contratada, desde que haja anuência expressa do Contratante.
   6. Decorrido o prazo para substituição do objeto, sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, aplicar-se-ão as sanções previstas no item 17 – Das Infrações e Sanções Administrativas do presente Termo de Referência.
   7. Os custos e a logística de retirada e entrega dos bens cobertos pela garantia será de integral responsabilidade da Contratada.
   8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
   9. Casos omissos deverão observar o estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações aplicáveis.
2. **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inc. XXIII, alínea ‘f’ da Lei n.º 14.133/2021)**

**Do Reajuste**

* 1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme art. 25, § 7° da Lei n.º 14.133/2021.
  2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**Da Gestão Contratual**

* 1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
  2. As comunicações entre a FEMAR e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
  3. A FEMAR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
  4. A execução do Contrato e a respectiva prestação dos serviços serão acompanhas e fiscalizadas por 02 (dois) funcionários a serem designados pela Diretoria requisitante da FEMAR, ou pelos respectivos substitutos, na condição de representantes da Contratante, conforme art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/2021:
     1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, recomendando o que for necessário a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
     2. Informar ao gestor do contrato, em 24 (vinte e quatro) horas, as ocorrências que demandem a adoção de medidas necessárias e saneadoras, bem como quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
     3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, em caso de descumprimento, informar imediatamente ao gestor do contrato para a adoção das medidas necessárias;
  5. O Gestor do Contrato deverá coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.
  6. A Fiscalização técnica deverá acompanhar o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeitos de pagamento conforme o resultado pretendido pela FEMAR;
  7. A Fiscalização administrativa deverá acompanhar os aspectos administrativos e contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
  8. Elaborar relatório final, de que trata a alínea “d”, do inciso VI, do §3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações quanto à execução do contrato, concluindo com as lições aprendidas, como forma de aprimoramento das atividades da FEMAR.

1. **DO PAGAMENTO**
   1. O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da certificação de que o objeto foi aceito de forma definitiva, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos itens, quantidades, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais, mediante depósito em conta bancária indicada pela contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
   2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ apresentado nos documentos de habilitação;
   3. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo contratado, atestada por, no mínimo, 02 (dois) funcionários do órgão requisitante, na forma do art. 55, §3º, inc. III c/c art. 64, inc. III do Dec. Municipal n.º 936/2022;
   4. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância impeditiva, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento sustado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da contratante.
2. **DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)**
   1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço por item**.
   2. Como é de amplo conhecimento, as contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, contemplado pelo artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal. Contudo, o próprio comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral.
   3. Tal exceção é prevista, por exemplo, no inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021, o qual admite a contratação direta quando o valor do objeto for inferior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)[[1]](#footnote-1), *in verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II **- para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais),** no caso de outros serviços e compras;

* 1. Tal possibilidade de contratação traz maior celeridade na condução do processo, uma vez que dispensa a produção de editais; análise de classificação e julgamento de proposta; sessões públicas para execução de lances, entre outras oriundas dos certames licitatórios, buscando-se, assim, a economicidade e celeridade nas contratações públicas;
  2. No caso em tela, após levantamento de mercado realizado pela Superintendência de Infraestrutura, verificou-se que o menor preço, no valor estimado é de R$ 14.817,08 (quatorze mil, oitocentos e dezessete reais e oito centavos). Porém, destaca-se, na oportunidade que **o valor será ratificado após pesquisa de mercado a ser realizada pela Superintendência de Compras, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal n.º 936/2022**;
  3. Sendo assim, a contratação para aquisição de sinalização de segurança, objeto do presente Termo de Referência será realizada diretamente, mediante dispensa de licitação em razão do valor, com base no disposto no **art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021 e art. 22 e seguintes do Decreto Municipal n.º 936/2022**;
  4. Previamente à celebração do contrato, a FEMAR verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

1. SICAF;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
   1. A consulta aos cadastros será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
   2. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela FEMAR, a documentação devidamente atualizada.
   3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
   4. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
   5. **Habilitação Jurídica (art. 66, Lei 14.133/2021)**
      1. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
      2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
      3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/);
      4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
      5. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
      6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
      7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
      8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
      9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
   6. **Habilitações fiscal, social e trabalhista (art. 68, Lei nº. 14.133/2021):**
      1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), quando couber;
      2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), quando cabível;
      3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
      4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
      5. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII da Constituição;
      6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
      7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
      8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
      9. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
      10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência;
   7. **Habilitação técnica (art. 67, Lei 14.133/2021)**
   8. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
      1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
4. 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da contratada, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a contratada presta ou prestou serviços de natureza similar;
5. O atestado deverá comprovar que a Licitante forneceu sinalização de segurança, em quantidade **não inferior a 10% (dez por cento) do quantitativo do objeto** previsto;
6. A fim de comprovar os requisitos acima, a contratada, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.
7. **DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
   1. Na forma prevista no Art. 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006 c/c Art. 49, preferencialmente, a contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) destinar-se-á exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, vejamos:

*Art. 48.  Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

*I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*

*(...)*

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*

*(...)*

*IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,* ***excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.***

1. **DAS EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**
   1. Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, não havendo elementos que justifiquem tal participação no objetivo em apreço. O objeto em questão não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto, tratando-se de contratação de serviço de entrega em parcela única.
2. **DAS COOPERATIVAS**
   1. Será vedada a participação de Sociedades Cooperativas, considerando a vedação contida no Art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5 de 26 de maio de 2017.
3. **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**Das Obrigações da Contratada**

* 1. É de responsabilidade da Contratada, além de outras obrigações assumidas neste Termo de Referência:
     1. Efetuar a entrega do objeto em conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, contendo a descrição dos itens, quantidades, preços unitários e o valor total;
     2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990;
     3. Observar os prazos para a execução do fornecimento;
     4. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
     5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
     6. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos produtos na Diretoria Administrativa, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput* e§1º;
     7. Responder pelos danos causados diretamente à Administração desta Fundação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela FEMAR, na forma da Lei nº. 14.133/2021, art. 120;
     8. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;
     9. Acatar as instruções emanadas da fiscalização;

**Das Obrigações da Contratante**

* 1. É de responsabilidade da CONTRATANTE:
     1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
     2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
     3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
     4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através dos fiscais de contrato;
     5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
     6. Designar funcionários, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato;
     7. Exigir da Contratada, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
     8. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e as exigências da contratação, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
     9. Anotar em registro próprio e notificar a Contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

1. **DA VALIDADE DAS PROPOSTAS**
   1. As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.
2. **DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**
   1. O valor deverá ser estimado **após pesquisa de mercado a ser realizada pela Superintendência de Compras**, nos termos do Decreto Municipal n° 936/2022;
3. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. Os recursos orçamentários decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos informados pela Diretoria Financeira, conforme art. 12°, inciso IV do Decreto n.º 936/2022;
4. **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 92, inc. XIV da Lei n.º 14.133/2021)**
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
      1. der causa à inexecução parcial do contrato;
      2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
      3. der causa à inexecução total do contrato;
      4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
      5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
      6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, na forma do item 12;
      7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
      8. apresentar declaração ou documentação inidônea exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
      9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
      10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
      11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
      12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
   2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
      1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
      2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 14.1 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
      3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem 14.1 deste Termo de Referência, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
      4. **Multa:**
   3. moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;
   4. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
   5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º da Lei n.º 14.133/2021);
   6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei n.º 14.133/2021).
      1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, *caput* da Lei n.º 14.133/2021);
      2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei n.º 14.133/2021);
      3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez)dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
   7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
   8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021):
   9. a natureza e a gravidade da infração cometida
   10. as peculiaridades do caso concreto;
   11. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
   12. os danos que dela provierem para o Contratante;
   13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).
   14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
   15. As multas serão aplicadas, conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados nas tabelas a seguir:

**TABELA 1**

**CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES E MULTAS**

|  |  |
| --- | --- |
| **NÍVEL** | **CORRESPONDÊNCIA**  **(por ocorrência sobre o valor global do Contratada)** |
| 1 (menor ofensividade) | 0,2%. |
| 2 (leve) | 0,4%. |
| 3 (médio) | 0,8%. |
| 4 (grave) | 1,6%. |
| 5 (muito grave) | 3,2%. |
| 6 (gravíssimo) | 4%. |

* 1. Todas as ocorrências contratuais serão registradas pela FEMAR, que notificará empresa a ser contratada.

**TABELA 2**

**INFRAÇÕES E CORRESPONDENTES NÍVEIS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | | |
| **Item** | **Descrição** | **Nível** |
| 1 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem prévia e expresso acordo do CONTRATANTE. | 6 |
| 2 | Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras. | 6 |
| 3 | Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE. | 5 |
| 4 | Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos. | 5 |
| 5 | Deixar de relacionar-se com O CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato. | 3 |
| 6 | Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, que inclui o atendimento às orientações do fiscal do Contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados. | 4 |
| 7 | Deixar de responsabilizar-se pelos produtos e materiais entregues, assim como deixar de substituir imediatamente qualquer material ou objeto que não atenda aos critérios especificados neste termo. | 6 |
| 8 | Não zelar pelas instalações do CONTRATANTE | 3 |
| 9 | Deixar de responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço. | 6 |
| 10 | Deixar de responsabilizarem-se pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço. | 6 |
| 11 | Deixar de observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho. | 6 |
| 12 | Deixar de manter nas dependências do CONTRATANTE, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança. | 2 |
| 13 | Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação. | 6 |
| 14 | Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes. | 2 |
| 15 | Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus prestadores de serviço e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros. | 6 |
| 16 | Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do Contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações. | 4 |
| 17 | Deixar de resguardar que seus funcionários cumpram as normas internas do CONTRATANTE e impedir que os que cometerem faltas a partir da classificação de natureza grave continue na prestação dos serviços. | 3 |
| 18 | Deixar de assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos prestadores de serviço acidentados ou com mal súbito. | 6 |
| 19 | Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento. | 5 |
| 20 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto. | 5 |
| 21 | Recusar fornecimento determinado pela fiscalização sem motivo justificado. | 3 |
| 22 | Retirar das dependências da Secretaria quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia. | 3 |
| 23 | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes. | 6 |

* 1. A inexecução do objeto deste Termo de Referência, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 137, 138, 139 e 155 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências ali elencadas e neste instrumento;
  2. A rescisão unilateral do Contrato a ser firmado poderá ser determinada pela FEMAR, de acordo com o inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências elencadas no art. 139 do referido diploma legal e sem prejuízo das demais sanções impostas pela lei e por esse Termo de Referência;
  3. Constituem motivo para rescisão do Contrato, todos os incisos constantes do Artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;
  4. As formas de rescisão estão previstas no art. 138, Incisos de I a III, da Lei nº 14.133/2021;
  5. Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
  6. A rescisão determinada por ato unilateral e escrita pela Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a III do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, acarreta as consequências previstas nos Incisos II e IV do art. 156, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas; nos casos previstos nos Incisos I, II, III, IV e V, § 2º do art. 137, e, V e VII do mesmo artigo, será observado o disposto no § 2º do art. 138;
  7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
  8. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

1. **DO FORO** 
   1. Ficará eleito o Foro da Comarca de Maricá para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Referência, assim como do respectivo contrato, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, 15 de maio de 2023.

**Elaborado por,**

**Bruna Quaresma de Azevedo**

Assistente

Diretoria Administrativa

Mat.: 3.300.238

**Responsável Técnico,**

**Alessandra Lopes Rangel**

Superintendente de Infraestrutura

Mat.: 3.300.020

Diretoria Administrativa

**De acordo,**

**Daniel Ferreira da Silva**

Diretor Administrativo

Mat.: 3.300.002

1. Valor atualizado para R$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) na forma do Decreto n.º 11.317 de 29 de dezembro de 2022. [↑](#footnote-ref-1)